

Felicidade, satisfação com a vida e com a democracia no Brasil: 2017/2020

José Antonio Ribeiro de Moura

Everton Rodrigo Santos

Sueli Maria Cabral

Honor de Almeida Neto

Resumo: Este artigo tem como objetivo principal investigar a relação existente entre a percepção da felicidade dos brasileiros, sua satisfação com a vida e a satisfação com o regime democrático no período de 2017 a 2020. Nossa hipótese de trabalho postula que o declínio da felicidade e da satisfação com a vida, de uma forma geral, guarda relação de associação com a satisfação com a democracia e suas instituições. Assim, o artigo sugere que felicidade e democracia no Brasil são duas variáveis associadas que ajudam a explicar em parte as fragilidades de nosso regime democrático e devem ser foco de atenção de nossas políticas públicas. A base empírica deste artigo é a sétima onda da Pesquisa Mundial de Valores (WVS, 2017-2020), por meio de pesquisa quantitativa, tipo *survey*, que utilizaremos para demonstrar nosso argumento.

Palavras-chave: democracia, instituições; felicidade.

Happiness, satisfaction with life and with democracy in Brazil: 2017/2020

Abstract: The main objective of this article is to investigate the relationship between Brazilians' perception of happiness, their satisfaction with life, and satisfaction in the democratic regime in the period from 2017 to 2020. Our working hypothesis postulates that the decline in happiness and satisfaction with life in general, has a relationship of association with satisfaction in democracy and its institutions. Thus, the article suggests that happiness and democracy in Brazil are two associated variables that help to partially explain the weaknesses of our democratic regime and should be the focus of attention in our public policies. The empirical basis of this article is the seventh wave of the World Values Survey (WVS, 2017-2020), a quantitative survey, which we will use to demonstrate our argument.

Keywords: democracy, institutions, happiness.

Introdução

O debate acerca da felicidade e do bem-estar está ligado ao mundo antigo, aos gregos, que já guardavam preocupação com essa importante dimensão humana. Neste início de século XXI, a felicidade ainda permanece um tema atual no mundo contemporâneo. Todavia, o relatório *World Happiness Report* (Helliwell, Layard, Sachs & Neve, 2020) de 2020 tem demonstrado que o planeta está mais infeliz. Particularmente nos últimos anos, o Brasil sofreu uma queda nos seus níveis de felicidade segundo este importante relatório. O principal motivo apontado é que a desigualdade de bem-estar reduz significativamente as avaliações das pessoas sobre suas vidas, sugerindo que elas são mais felizes quando vivem em sociedades com menos disparidade de bem-estar e qualidade de vida. O *World Happiness Report*

(Helliwell & cols., 2020) traz ainda que a medição da satisfação com a vida correlaciona-se com o bom funcionamento da democracia, eleições livres, imprensa livre, baixo índice de corrupção e serviços inclusivos de segurança social; ajudando aos que precisam de assistência. Estas medições ocorrem no contexto da modernidade líquida da liquefação (Bauman, 2010). Segundo este autor, o grupo de parentesco, a comunidade tradicional fechada e isolada, os laços e obrigações sociais fundados na afetividade, na tradição, na religião, dentre outros, foram, de certa forma, profundamente afetados nesse contexto da sociedade líquida. Nas últimas três décadas, os estudos científicos sobre a felicidade têm aumentado significativamente (Diene & Ryan, 2008; Graham, 2011; Lopes, 2012; Greve, 2013; Carballo, 2015; Cremonese, 2017), vindo, assim, a ampliar-se o campo de estudo, quer por parte dos diversos países, quer por parte da comunidade científica, especialmente nas áreas da Psicologia, Economia, Gestão, Ciência Política e Sociologia. Em outros estudos científicos, a atenção foi chamada por economistas que evidenciaram o fato de o bem-estar e a felicidade estarem fortemente relacionados com o desenvolvimento econômico (Cooper, Garcia-Penalosa & Funk, 2001), ideia essa reforçada nos últimos anos por economistas comportamentais (Layard, 2005; Stiglitz, 2008) e psicólogos (Diener & cols., 1999; Robertson & Cooper, 2010).

A ciência do bem-estar procura determinar os fatores que originam o sentimento de felicidade, satisfação, contentamento e realização com os vários aspectos da vida de uma pessoa (Kramer, Guillory, & Hancock, 2014). De alguma forma, estes estudos justificam o fato de a maioria dos instrumentos de medição da felicidade recorrer a construtos psicológicos, ainda que esse pendor quantitativo tenha vindo a ser criticado (Fave & cols., 2011). Assim, a abordagem do presente trabalho associa a felicidade ao estudo do bem-estar subjetivo, ligado ao pressuposto epistemológico de que a melhor forma de se estudar é compreender o que os sujeitos percebem sobre ela, fazendo com que cada pessoa seja a própria avaliadora da sua própria felicidade. Neste sentido, o artigo dialoga com o campo interdisciplinar de estudos, buscando trazer novos elementos para a compreensão das condições subjetivas da produção da felicidade no Brasil, isto sob a égide objetiva da democracia brasileira contemporânea construída até aqui.

No âmbito das Ciências Sociais, parte da literatura defende que a democracia resulta do equilíbrio entre forças políticas, de modo que fatores econômicos e institucionais seriam suficientes para explicar de maneira convincente a dinâmica das

democracias, em detrimento da relevância dos traços culturais e religiosos dominantes na análise da durabilidade do referido regime (Przeworski, Alvarez, Cheibub, & Limongi, 1997). Em contrapartida, há autores que sustentam a ideia de que apenas instituições e procedimentos não são suficientes para alcançar a estabilidade democrática, uma vez que as crenças e valores dos cidadãos são relevantes à consolidação do regime (Baquero, 2018). Pensamos, entretanto, que ambas as perspectivas, institucional e cultural, convergem num sinergismo para a sustentação da democracia. Assim, instituições e cultura, economia e política são fatores importantes e interligados entre si e que viabilizam a democracia. Neste sinergismo possível, não podemos ignorar a dimensão afetiva implicada, no que se refere à felicidade dos cidadãos com suas instituições e políticas públicas. Em relação às atitudes que compõem a cultura política, existe um consenso sobre a importância da adesão à democracia. Sem um estoque de apoio dos cidadãos em relação aos princípios, normas e valores inerentes ao regime, as democracias teriam dificuldade em se manter, especialmente diante de crises econômicas, políticas e sociais.

Nas últimas três décadas, vários estudos sobre legitimidade política demonstram a crescente preferência dos cidadãos pela democracia como forma de governo (Dalton, 2004; Norris, 2008). As pesquisas realizadas no Brasil têm seguido a mesma direção. De modo geral, elas mostram que a maioria dos brasileiros acredita no regime democrático como a melhor forma de governo, muito embora tenha havido um certo declínio deste apoio ao regime (Moisés, 2008). Neste sentido, o problema de pesquisa que norteia esse artigo pretende investigar em que medida a percepção da felicidade e satisfação com a vida está relacionada com a crença dos brasileiros na democracia e suas instituições entre os anos de 2017 e 2020. Nossa hipótese de trabalho postula que o declínio da felicidade e da satisfação com a vida, de uma forma geral, guarda relação de associação com a satisfação na democracia e suas instituições.

O artigo está subdividido em cinco partes que organizam e articulam nossa análise, tensionando o arcabouço teórico com a base empírica. No primeiro e segundo itens, trazemos uma revisão da bibliografia especializada sobre a felicidade, explicitando nossos endereços epistemológicos sobre democracia e a confiança dos brasileiros nas instituições. No terceiro item, apresentamos nossa metodologia de pesquisa tipo *survey*, baseada na Pesquisa Mundial de Valores (WVS), consagrada nas Ciências Sociais como um importante banco de dados mundial. No quarto item, apresentamos os resultados da análise dos dados e a demonstração da hipótese de

trabalho. Por fim, nas considerações finais, apresentamos nossas conclusões do trabalho, bem como os limites deste presente artigo.

Metodologia

Utilizamos a Base de Dados originária do *World Values Survey* (WVS) – www.worldvaluessurvey.org. A Pesquisa Mundial de Valores (*World Values Survey*) (WVSA, 2020) constitui-se uma investigação mundial sobre valores socioculturais e políticos, desenvolvida em cerca de 100 sociedades em todos os seis continentes habitados, o que inclui o Brasil, e fornece informações sobre crenças individuais, política, economia, assuntos religiosos, sociais e éticos, finanças pessoais, relações familiares e sociais, felicidade e satisfação com a vida, entre outras. Como foram empregados os dados produzidos pelo projeto *World Values Survey* (WVS), optou-se pela Sétima Onda, por ser a última aplicada no Brasil. A Sétima Onda teve início no país em maio de 2017 em mais de 150 municípios. O Brasil participa desde 1990, tendo realizado também a Segunda, a Terceira, a Quinta e Sexta Ondas, de cujo grupo de pesquisa no Brasil fazemos parte e acompanhamos a aplicação particularmente da última onda. A amostra desta última Onda foi de 1.762 respondentes do Brasil. O significado da palavra Onda e suas respectivas numerações referem-se à pesquisa aplicada simultaneamente em diferentes países do mundo. A Sétima compreende o período de 2017-2020. Cabe salientar que a pesquisa abarca o ano de 2020, porém o questionário foi aplicado no período anterior à crise sanitária da pandemia de Covid-19.

Resultados e Discussão

Afinal, o que é Felicidade?

Entendemos a felicidade e a satisfação com a vida como um estado de bem-estar subjetivo. Portanto, a felicidade humana reflete um equilíbrio entre condições subjetivas e condições objetivas, perpassando uma avaliação interna desta interação. As evidências empíricas que existem atualmente estão amplamente focadas nas correlações entre felicidade e bem-estar. Quando indagados sobre seus principais objetivos e metas, a maioria dos indivíduos refere-se à sua felicidade individual. O ser humano quer ser feliz, considerando, portanto, a felicidade como sua finalidade de vida. “A busca da felicidade é tão velha como a própria história [...]” (McMahon, 2009, p. 19). Em uma abordagem mais ampliada “[...] a sociedade não pode ter outro fim que não seja a busca

da felicidade individual dos seus membros e a permanência, equilíbrio e evolução dela própria” (Britto, 2010, p. 20).

Identificar as causas da felicidade tem sido feito há anos por vários autores. No século XVIII, muitas pessoas começaram a pensar na felicidade como uma possibilidade deste mundo. Até então, a felicidade, pelo menos nas sociedades ocidentais, judaico-cristãs, havia sido considerada, em geral, como uma condição transcendental (“quando eu for ao paraíso, ao céu”) ou, com o advento da modernidade, estava deslocada no futuro. Atualmente, a felicidade é considerada um valor extremamente importante, tanto que foi proposta, em 2010, uma emenda ao artigo 6º da Constituição Federal brasileira para incluir o direito à busca da felicidade pelo indivíduo e pela sociedade, colocado junto com o direito à educação, saúde, previdência social, proteção, maternidade e infância (Brasil, 2017).

Muito antes, na Declaração da Independência Americana de 1776, a felicidade foi considerada um valor tão precioso e indiscutível que, como um exemplo emblemático, registra que todo homem tem o direito inalienável à vida, à liberdade e à busca da felicidade (Lunt, 2004). Porém, alguns autores questionaram se o objetivo vale a pena ser perseguido. Wilson e Gilbert (2008), por exemplo, definem felicidade como gratificação imediata, conforto superficial, contentamento estático e que pode muito bem ser uma distopia de sorrisos fluidos. Em decorrência desse enfoque, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) desenvolveu o programa *Better Life Initiative*, em maio de 2011 e criou o *Better Life Index*. Essa relevância social da felicidade, portanto, fica ainda mais visível com a decisão da Organização das Nações Unidas (ONU) de criar o Dia Internacional da Felicidade (20 de março). Desde então, temos assistido ao surgimento de uma sucessão de políticas públicas de diversos governos e iniciativas de organizações internacionais como OCDE, ONU e Unicef; todas com o mesmo objetivo de estimular o aumento dos níveis de bem-estar da população.

Nesse contexto, a felicidade é muito valorizada na sociedade atual. As pessoas não apenas visam à felicidade na sua própria vida, mas também há um apoio crescente à ideia de que cuidamos da felicidade de outras pessoas e que os governos devem ter como objetivo criar maior felicidade para um maior número de cidadãos (Bentham, 1982). O homem atual refere-se à felicidade mais como sentir-se bem do que ser bom (McMahon, 2009). Ficamos felizes quando nossos desejos são realizados, e infelizes

quando não o são. Não é tão difícil ser feliz se nossos desejos são poucos ou facilmente realizáveis.

Na literatura, encontram-se autores que também consideram os termos bem-estar e felicidade como sinônimos. Norrish e Vella-Brodrick (2008) propõem, assim, que a felicidade geral seja sinônimo de satisfação com a vida e bem-estar subjetivo, compreendendo o termo bem-estar subjetivo de caráter mais científico. Observamos, então, que grande parte das publicações não utiliza a denominação "felicidade", mas o termo "bem-estar subjetivo" (Diener & Seligman, 2004; Deci & Ryan, 2008). Isso deriva da dificuldade em abordar-se diretamente a felicidade, de modo que muitos pesquisadores preferem mensurar o bem-estar subjetivo relatado pelas pessoas felizes.

A avaliação subjetiva da vida traduz o grau em que avaliamos a vida de forma positiva e, como tal, alguns autores defendem que se trata de avaliar a satisfação com a vida propriamente dita (Diener & Seligman, 2004). O bem-estar subjetivo (BES) é a definição global para uma área de estudos que abrange a investigação da felicidade, da satisfação com a vida de atitude e da relação entre afetos positivos e negativos. Porém, não é uma tarefa fácil e consensual, como se entende, quer devido ao componente subjetivo e intra individual, quer devido à sua natureza pluriparadigmática e multidimensional. O bem-estar subjetivo é o conceito que abrange a avaliação das pessoas sobre suas vidas, podendo ser dividido entre vários indicadores para medir o bem-estar percebido por alguém. Por exemplo, Diener e cols. (1999) definem bem-estar subjetivo (BES) como sendo satisfação com a vida (atitude), enquanto se sente bem (afeto).

Dentro dessa perspectiva, Diener e Ryan (2008) expõem que existem duas vertentes de felicidade. A primeira trata da felicidade hedônica, estando associada ao bem-estar subjetivo, visto como um julgamento sobre a satisfação da vida e/ou como um equilíbrio de sentimentos bons e de sentimentos negativos. Dessa maneira, a abordagem hedônica baseia-se no modelo padrão das ciências sociais, que considera o ser humano inicialmente vazio e, portanto, maleável, que vai ganhando significado de acordo com os ensinamentos sociais e culturais. Em suma, a adaptação hedonística é o nome dado à capacidade do ser humano de se adaptar rapidamente a novas situações; o que pode explicar, por exemplo, a afirmação de que o dinheiro traz felicidade, mas só até certo ponto, e além desse ponto tem pouca significância.

A segunda vertente é a da felicidade eudaimônica, que envolve procura de sentimentos de prazer e julgamentos de satisfação, fazer o que está certo e virtuoso,

crescimento pessoal, realização de objetivos próprios, desenvolvimento dos seus próprios talentos e habilidades, independentemente de como nos sentimos. Assim, a abordagem atribui conteúdo ao ser humano e visa descobrir tal conteúdo, bem como compreender as condições que facilitam seu desenvolvimento (Deci & Ryan, 2008). A felicidade, neste sentido, pode ser compreendida como sinônimo de bem-estar no seu âmbito mais amplo, em que ambos se referem a um estado pleno de satisfação com a vida. Dessa maneira, no presente artigo, tratamos como sinônimos felicidade, satisfação com a vida e bem-estar subjetivo.

Em síntese, a concepção eudaimônica centra-se no processo envolvido em viver bem e no conteúdo da vida, enquanto a hedônica preocupa-se com os resultados, especialmente o atingimento de afetos positivos e ausência de dor ou sofrimentos desagradáveis (Deci & Ryan, 2008).

A pesquisa de 2020 feita pela ONU, intitulada “*World Happiness Report*”, (Helliwell & cols., 2020) apontou que o brasileiro atingiu o ápice de sua infelicidade em 2020, indicando a crise financeira e a falta de confiança nos líderes da política nacional como possíveis causas desta infelicidade. Estes fatores se refletem na 7ª Onda do WVS, como veremos. A Tabela 1 apresenta a posição do Brasil no “Ranking” Mundial.

Tabela 1

Ranking do Brasil na *World Happiness Report*

| <i>Brazil – World Happiness Index</i> | | |
|---------------------------------------|--------------------------------|------------------------------|
| <i>Date</i> | <i>World Happiness Ranking</i> | <i>World Happiness Index</i> |
| 2020 | 35° | 6.330 |
| 2019 | 32° | 6.300 |
| 2018 | 28° | 6.419 |
| 2017 | 22° | 6.635 |
| 2016 | 17° | 6.952 |
| 2015 | 16° | 6.983 |
| 2013 | 24° | 6.849 |

Fonte: Disponível em: <<https://countryeconomy.com/demography/world-happiness-index/brazil>>. Acesso em 04 mai. 2021

Nota-se que, na Tabela 1, a posição na classificação mundial de Felicidade do Brasil obteve um decréscimo, perdendo posição no ranking e também na pontuação aferida, em que o brasileiro diminui o grau de felicidade mais acentuadamente a partir de 2016, ápice da crise econômica brasileira. Contudo, esse decréscimo da felicidade não ocorre somente em nosso país, pois o relatório apontou uma queda mundial,

concluindo que há uma onda global de infelicidade, motivada pela desconfiança em líderes políticos.

Democracia – conceito em constante construção

Revisando a literatura especializada, vê-se que o conceito de democracia é polissêmico. Neste particular, Baquero (2018) encontrou 115 adjetivos para a democracia. Em termos procedimentais, a democracia pode ser definida enquanto um conjunto de normas, regras e procedimentos que estabelecem um caminho para se chegar a uma decisão política (Bobbio, 2009).

Portanto, [...] na literatura política, encontra-se um elenco relativamente grande de definições sobre a democracia, tendo em vista que, como toda matéria essencialmente social, no sentido de envolver formas de organização humana, a democracia não pode ser estudada como algo definitivo e acabado, mas como algo em construção (Castro, 2014, p. 35).

Democracia é um regime que permite que os membros de uma comunidade sejam politicamente iguais para determinar as políticas de associação e contestação (Dahl, 2009). Os elementos anteriores são requisitos mínimos para uma democracia e implicam, por um lado, a garantia de existência de instituições e os canais de participação, mas também atitudes cidadãos que permitam suportar e consolidar o regime.

O avanço de novas democracias no mundo é evidente. Em 1790, havia três democracias no mundo. Em 1926, 20 países tinham credenciais para serem considerados democráticos. Já em 1942, em virtude da Segunda Guerra Mundial, esse número declinou agudamente para 12. Contudo, logo após a Segunda Guerra esse número subiu para 66 e no ano 2000, 120 países eram considerados democráticos, sendo a primeira vez que a democracia adquiriu o status de maioria em escala global (Baquero, 2018, p. 20).

Robert Dahl (1989, p. 3), um dos principais representantes da teoria pluralista da democracia, postula que:

[...] a democracia é um ideal impossível de se realizar na prática, pois a própria longevidade da democracia tem contribuído para produzir confusão e discordâncias, porque esse termo tem significado diferentes coisas para diferentes pessoas em diferentes épocas.

Para Morlino e Carli (2014), embora o regime democrático seja aceito globalmente, o problema mais sério e importante diz respeito ao tipo de democracia, à qualidade da democracia. Essa é uma estrutura institucional estável que possibilita a liberdade e igualdade dos cidadãos por meio do funcionamento legítimo e correto das suas instituições e mecanismos. Nesse segmento, embora se tenha avançado na compreensão sobre a questão da qualidade da democracia, Baquero (2018) afirma que ainda existem lacunas importantes que precisam ser explicadas. No âmago dessa situação está o problema da importação e naturalização de instituições e procedimentos inconsistentes com a realidade dos países da região latino-americana. Um cenário que privilegia unicamente a dimensão formal e procedimental da democracia dificilmente se estabilizará e se consolidará. O autor aponta, inclusive, que a realidade dos nossos países sugere haver um crescente descontentamento e mal-estar de amplos setores da população, em virtude da ausência de um progresso social que reduza a desigualdade social e política.

Nessa situação, elites autoritárias conseguiram instalar regimes eleitorais competitivos enquanto ainda detinham poder sobre as pessoas. Porém, muitas das novas democracias demonstram deficiências na sua qualidade e instituições quanto à proteção dos direitos humanos, da insatisfação com a prestação de serviços e a corrupção; fatores que afetam negativamente a vida dos pobres e, por conseguinte, o apoio à democracia.

Nesse sentido, o fortalecimento da sociedade civil está em conexão com a democracia. Hoje, temos uma sociedade com fraturas, que carece de uma cidadania ativa, porque é através da discussão, interesse popular e envolvimento na política que os objetivos sociais devem ser definidos e realizados. Sem envolvimento público no processo, a democracia carece tanto de sua legitimidade quanto de sua força orientadora.

Um dos papéis centrais dos cidadãos nas democracias é tomar decisões sobre assuntos políticos. Nas democracias, isso envolve decisões sobre quais partidos ou candidatos apoiar em uma eleição, bem como decisões sobre quais posições de emissão devem ser mantidas, como participar de política, e assim por diante. Em outros sistemas políticos, isso pode envolver formas indiretas dessas mesmas escolhas – ou a escolha de não se envolver politicamente.

Nas últimas três décadas, vários estudos sobre legitimidade política mostraram a crescente preferência dos cidadãos pela democracia como forma de governo (Dalton,

2004; Norris & Vella-Brodrick, 2018). No entanto, o alcance e a natureza desse avanço têm sido relativizados por estudiosos das chamadas novas democracias (Mischler; Rose, 1999). Mas a alta adesão à democracia foi recebida com mais cautela na literatura sobre as novas democracias na qual pesquisas apontam que, em países com transição política recente, existe uma fragilidade da adesão à democracia.

Nas democracias ocidentais estabelecidas, sua legitimidade é cada vez mais dependente do seu desempenho econômico. Nesse ponto de vista, Baquero (2018) afirma que a democracia política e a econômica se constituem em lados da mesma moeda, contudo pondera que uma democracia formal e substantiva dificilmente se materializa numa sociedade na qual o poder econômico está concentrado nas mãos de poucos, enquanto a maioria da população enfrenta vicissitudes no cotidiano e um futuro incerto. Para o autor, onde existe desigualdade econômica e social, não há democracia.

Nesse binômio de democracia política e democracia econômica, Baquero (2018) denomina democracia inercial ao desenvolvimento assimétrico de fatores que deveriam evoluir paralelamente, mas produziram comportamentos inconsistentes entre o estado da economia e o comportamento das pessoas, caminhando em direções opostas. Dessa forma, os investimentos sociais são insuficientes e Estado e Instituições criam uma inércia, porque não revertem as necessidades da sociedade. Elementos que deveriam funcionar e não funcionam, insuficientes recursos públicos e ineficiência de recursos para outras áreas.

Para o autor, tal assimetria prejudica o desenvolvimento de uma sociedade em virtude de produzir efeitos contraditórios aos esperados pela democracia representativa, ou seja, produz efeitos de imobilidade ou resistência às mudanças propostas pelos órgãos públicos, pois não há reação quando estão em contato um com o outro – procedimentos formais e cultura política. Dessa forma, produz-se uma assimetria que gera inércia entre o desenvolvimento de procedimentos democráticos formais, concomitante com uma memória catalisada pelos próprios gestores públicos e assimilada pela população, de manter uma ação política com base em práticas tradicionais e ultrapassadas. Ou seja, a democracia precisa responder às demandas dos cidadãos, o apoio à democracia e suas instituições pode aumentar ou diminuir, gerando uma cultura política de desconfiança e de mal-estar. Para Rosanvallon (2008), o resultado dessa desconfiança se materializa na crescente abstenção eleitoral, o aumento da decepção das pessoas com a política, o afastamento deliberado da esfera política por

parte da maioria dos cidadãos, o declínio da vontade política, o crescimento do individualismo e a indiferença mútua entre Estado e sociedade.

Na sequência do que foi apresentado sobre as características da democracia inercial, segundo a teoria da cultura política, a confiança interpessoal e a confiança nas instituições políticas são pré-condições também para a formação de associações secundárias que, por sua vez, podem agir como promotoras da participação popular e, conseqüentemente, do aperfeiçoamento da democracia. Para o bom funcionamento das instituições políticas, diz a literatura especializada (Inglehart, 1988; Fukuyama, 1996; Putnam, 2000; Baquero, 2018), é imperativa a confiança dos cidadãos nestas instituições, e a baixa credibilidade colabora com a desconfiança. No velho ensinamento de Churchill, a democracia é o pior regime imaginável, com exceção de todos os outros. Por sua vez, a felicidade dos indivíduos na esfera privada é construída, em grande medida, por meio de uma sociedade bem-organizada politicamente a partir da qualidade da administração política que é realizada na pólis. Por isso, a política seria tanto uma destinação quanto uma responsabilidade a ser assumida por cada indivíduo.

Com base nesses estudos, entende-se que a democracia pode ser repensada para além dos termos da representação delegada, passando a incorporar formas de inclusão do cidadão e da sociedade civil na determinação e construção democrática de uma nação e de suas políticas públicas. Assim, a área de estudo das políticas públicas está implicada nesta discussão, pois este campo teórico e metodológico tem na ação do Estado seu principal escopo de estudo, e é de extrema importância a incidência dos governos que, mediante suas políticas, reformas, ajustes administrativos e investimentos, têm responsabilidade privilegiada com o desenvolvimento de uma comunidade, região ou país nos seus diferentes aspectos e aqui, particularmente, na dimensão da felicidade (Souza, 2006).

Roberto Stefan Foa e Yascha Mounk (2017) afirmam que os pesquisadores e a mídia foram incapazes de prever a queda do Muro de Berlim e alertam que mesmo os pesquisadores mais bem treinados costumam acreditar que o passado recente é um bom guia para o futuro e que eventos extremos não devem acontecer, e ainda questionam se temos realmente embasamento para ter confiança nas democracias. Desse modo, apresentam uma série de dados demonstrando um descrédito nas instituições democráticas, enfraquecimento da identificação com partidos, aumento do voto em candidatos populistas e partidos antissistema e uma menor importância às regras das democracias liberais.

No que se refere à confiança nas Instituições, vários autores predizem que o bom funcionamento das instituições políticas, é um imperativo para a confiança dos cidadãos nestas instituições, ao passo que a baixa credibilidade colabora com a desconfiança (Inglehart, 1988; Fukuyama, 1996; Putnam, 2006).

Putnam (1993) afirma que as instituições influenciam a forma pelas quais indivíduos e grupos se tornam atuantes dentro e fora dos canais estabelecidos, influenciando também no grau de confiança entre cidadãos e líderes, nas aspirações comuns da comunidade política, no idioma, nos critérios e os preceitos partilhados pela comunidade, e no significado de conceitos que os indivíduos possuem sobre democracia, justiça, liberdade e igualdade. Nesse sentido, presume-se que a confiança nas instituições é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Inglehart (1988) afirma que a participação das massas, junto com a confiança interpessoal, são importantes para a consolidação e estabilidade da democracia em três abordagens: legitimidade, comunitária do capital social e desenvolvimento econômico. Segundo Baquero (2018), na América Latina, os níveis de confiança nas instituições balizadoras da democracia (Partidos Políticos, Congresso Nacional, Governo, Poder Judiciário e Administração Pública) são relativamente baixos e contribuem para a instabilidade política da região. No caso brasileiro, a baixa confiança em instituições brasileiras é um fenômeno que vem se agravando nas últimas duas décadas.

Como vimos argumentando até aqui, a felicidade e o sentimento de satisfação com a vida são também componentes importantes para o funcionamento da democracia. Na Tabela 2, cruzamos a percepção da satisfação com a vida e importância da democracia na 7ª Onda do WVS (2017-2020).

Tabela 2

Importância da Democracia na 7ª Onda do WVS (2017-2020)

| Satisfação com a Vida de (1=completamente insatisfeito e 10= completamente satisfeito) | Importância da Democracia de 1 a 10 de (1=nada importante e 10=absolutamente importante) |
|---|---|
| Completamente Insatisfeito | 0,18 |
| 2 | 0,12 |
| 3 | 0,35 |
| 4 | 0,53 |
| 5 | 1,22 |
| 6 | 1,12 |
| 7 | 1,32 |
| 8 | 1,69 |
| 9 | 0,99 |
| Completamente Satisfeito | 2,48 |
| Total (N=1762) | 10,00 |

Fonte: WVS, 7ª Onda (2017-2020).

Quando indagamos sobre a satisfação com a vida, o resultado manteve-se coerente com a valorização da democracia.

Quando observamos os dados da Tabela 2 desta 7ª Onda, percebemos uma relação entre o sentimento de satisfação com a própria vida e a importância atribuída à democracia. Daqueles que se definem como “completamente satisfeitos”, também apresentam a maior média, de 2,48, e concebem a democracia “absolutamente importante”. Na outra ponta, apuramos uma média de pessoas “completamente insatisfeitos” com as suas vidas, de 0,18, e consideram “nada importante” a democracia. Quando justapomos os cinco índices médios de maior satisfação com a vida, temos um total de 7,60 pontos percentuais, enquanto os cinco índices médios, mais associados à insatisfação com a vida, somam apenas 2,40. Observando a Tabela 2, de cima para baixo, haverá uma tendência de aumentar a satisfação com a vida na medida em que aumenta também a importância atribuída à democracia. Nessa perspectiva, é possível intuir, pelos dados arrolados que, via de regra, pessoas que consideram a democracia importante tendem a ser mais satisfeitas com a vida. Todavia, uma pergunta permanece: as mais satisfeitas com a vida podem ser também as mais democráticas?

É provável que a democracia proporcione maior felicidade e satisfação com a vida, devido a ser um regime político que proporciona mais autonomia para os indivíduos. Aqui aplicamos uma correlação não paramétrica denominada *rô de*

Spearman, pois ambas as variáveis estão em escala ordinal (1 a 10). O Teste da Tabela 3 sugere essa associação entre a satisfação com a vida e a importância da democracia.

Tabela 3

Satisfação com a Vida X Importância da Democracia – 7ª Onda do WVS

| <i>Teste ρ de Spearman</i> | | | |
|---|----------------------------|------|---------------------------------------|
| <i>rô de Spearman</i> | Coefficiente de Correlação | N | Significância Assintótica (Bilateral) |
| Q49. Em geral, em que medida o(a) Sr.(a) está satisfeito ou insatisfeito com sua vida ultimamente: | 1,000 | 1754 | 0,123** |
| Q250. Em que medida é importante para o(a) Sr(a) viver em um país que é governado de maneira democrática? Nesta escala, em que 1 significa “nada importante” e 10 significa “totalmente importante”, que ponto o(a) Sr(a) escolheria? | 0,123** | 1599 | 0,000 |

** . A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral).

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Pelos cálculos estatísticos apurados, através do Teste *rô de Spearman*, identificamos uma correlação entre satisfação com a vida e importância da democracia. Desse modo, sugere uma pequena, mas existente, relação entre ser importante a democracia e estar satisfeito com a sua vida. Em resumo, quando ajustamos e refinamos esses números e as correlações entre as variáveis satisfação com a vida e democracia (ter um sistema político democrático e a importância da democracia), encontramos que as pessoas que se concebem “satisfeitas com a vida” são as mais favoráveis à democracia. O Teste *rô de Spearman* comprova que quanto maior a satisfação com a vida, maior o espírito democrático.

Neste contexto, Inglehart e Norris (2018) afirmam que as sociedades caracterizadas por um sentido relativamente forte de satisfação com a vida como um todo e sentimentos relativamente fortes de felicidade tendem muito mais a ser democracias estáveis do que as sociedades caracterizadas por um baixo sentido de bem-estar, com valores de autoexpressão no rumo das sociedades pós-materialistas¹.

Na Tabela 4, cruzamos a confiança no Parlamento (instituição central de uma democracia) com o sentimento de satisfação com a vida dos brasileiros. Numa escala de 1 a 10 (1= completamente insatisfeito e 10= completamente satisfeito), podemos

¹ Ver Castro, Capristano e Castillo (2021). Neste artigo, os autores demonstram que, durante a pandemia da Covid-19, ao contrário do que a teoria preconiza, houve um aumento dos valores pós-materialistas no país.

constatar que o índice de “confia totalmente” apresenta 59,7% de pessoas completamente satisfeitas com a vida; ao passo que, na outra ponta, os respondentes que assinalaram “não confia” caem para 30,6% das pessoas. O resultado encontrado nesta 7ª Onda (2017-2020) é similar ao da 6ª Onda (2010-2014). Portanto, podemos inferir que, à medida que a confiança no Parlamento cai, diminui a satisfação com a vida nesta década em estudo.

Tabela 4

Satisfação com a Vida X Confiança no Parlamento na 7ª Onda do WVS

| Confiança no Parlamento | | | | |
|-----------------------------------|--------------------------|------------------------|---------------------|-------------------|
| Satisfação com a Vida | Confia Totalmente | Confia em parte | Confia pouco | Não confia |
| Completamente Insatisfeito | 9,7% | 1,6% | 3,5% | 2,1% |
| 2 | 0,0% | 0,4% | 1,4% | 0,5% |
| 3 | 9,7% | 3,8% | 2,9% | 2,3% |
| 4 | 0,0% | 2,7% | 3,4% | 2,5% |
| 5 | 4,3% | 9,8% | 11,7% | 14,6% |
| 6 | 4,1% | 9,8% | 8,9% | 8,7% |
| 7 | 4,4% | 6,9% | 14,8% | 13,1% |
| 8 | 3,8% | 19,9% | 18,8% | 16,0% |
| 9 | 4,3% | 10,6% | 8,4% | 9,6% |
| Completamente Satisfeito | 59,7% | 34,5% | 26,2% | 30,6% |
| Total | 100% | 100% | 100% | 100% |

Quando Fonte: Elaborado pelo autor com base na 7ª Onda do WVS. Disponível em: <<http://www.worldvaluessurvey.org/WVSONline.jsp>>. Acesso em: 10 out. 2

Quando aplicamos o Teste Kruskal-Wallis para a 7ª Onda, verificamos que há essa associação entre satisfação com a vida e confiança no Parlamento, conforme Tabela 5, a seguir.

Tabela 5

Satisfação com a Vida X Confiança no Parlamento – 7ª Onda do WVS

| Estatísticas de teste^{a,b} | | | | | |
|--|----------|--|---------------|--------------|----------------------|
| | | Q49. Em geral, em que medida o(a) Sr.(a) está satisfeito ou insatisfeito com sua vida ultimamente: | | | |
| Qui-quadrado | | 9,860 | | | |
| gl | | 3 | | | |
| Significância Assint. | | ,0020 | | | |
| a. Teste Kruskal-Wallis | | | | | |
| b. Variável de Agrupamento: | | | | | |
| Q73. Para cada uma, o(a) Sr(a) poderia me dizer em que medida confia: confia totalmente, em parte, pouco ou não confia nessas organizações? Congresso Nacional (Câmara e Senado) | | | | | |
| Confiança no Parlamento | N | Satisfação com a vida | | | |
| | | Mínimo | Máximo | Média | Desvio Padrão |
| Confia totalmente | 23 | 1 | 10 | 7,96 | 3,155 |
| Confia em parte | 254 | 1 | 10 | 7,83 | 2,258 |
| Confia pouco | 358 | 1 | 10 | 7,35 | 2,385 |
| Não confia | 1068 | 1 | 10 | 7,58 | 2,266 |

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Pelos cálculos encontrados, através do Teste Kruskal-Wallis, foi possível identificar que existem diferenças significativas entre os níveis de confiança no Parlamento em relação a satisfação com a vida ($p < 0,05$) e ($X^2 = 9,860$; $p = 0,020$). A diferença ocorre entre aqueles que disseram "confiar pouco" e aqueles que manifestaram que "confia totalmente", sendo que esses tendem a apresentar satisfação maior com a vida. Podemos notar que as maiores médias representam as pessoas que entendem que "confia totalmente" e "confia em parte", indicando maior confiança no Parlamento. Em outras palavras, as pessoas que confiam mais no Parlamento são as mais satisfeitas com a vida, ao passo que as pessoas que confiam menos são as que mais estão insatisfeitas com a sua vida.

Esta mesma tendência ocorreu também quando cruzamos a satisfação com a vida com a confiança em duas outras importantes instituições da democracia liberal, a confiança no governo e a confiança no poder judiciário. Em ambos os cruzamentos, as pessoas que confiam mais no governo e no judiciário são as mais satisfeitas com a vida, ao passo que as pessoas que confiam em menor grau, são as mais insatisfeitas com a sua vida, tanto na 7ª Onda, como na 6ª Onda respectivamente. Também quando aplicamos o teste Teste Kruskal-Wallis para o governo, encontramos uma associação significativa

entre felicidade e confiança nesta instituição ($p < 0,05$) e ($X^2 = 10,027$; $p = 0,180$), bem como quando aplicamos o teste no judiciário ($p < 0,05$) e ($X^2 = 36,153$; $p = 0,000$)².

Como afirma Carballo (2015), viver em uma democracia não só nos dá a possibilidade de eleger nossos líderes, mas também nos dá a liberdade de sermos nós mesmos. Isto posto, a confiança nas outras pessoas e nas instituições, como, por exemplo, no parlamento, no governo ou judiciário, aqui analisado, é a base para o bom funcionamento de uma sociedade. A confiança nas instituições é imprescindível para o bom desempenho das políticas públicas de um país e, conseqüentemente, de seu desenvolvimento.

Considerações Finais

Acreditamos que este esforço metodológico de estabelecer uma relação de associação entre felicidade e satisfação com a vida e a confiança dos brasileiros na democracia e suas principais instituições, num primeiro momento, de fato, conduziu a resultados que representam uma boa aproximação com aquilo que a teoria preconiza. Buscamos relacionar os indicadores de felicidade com a adesão dos brasileiros à democracia. Neste sentido, revisamos a literatura científica do conceito de felicidade e nos deparamos com sinônimos como satisfação com a vida e bem-estar subjetivo. Quando levantamos a classificação do Brasil no *World Happiness Report* da ONU de 2020, observamos uma queda expressiva de felicidade dos brasileiros desde 2016, quando despencamos da 17ª posição para o 35º lugar em 2020 no ranking mundial. Este declínio, deveu-se principalmente ao descrédito dos líderes políticos e também à crescente deterioração do ambiente econômico no país, muito embora tenhamos também identificado que o declínio da felicidade é uma inclinação global.

Com base na empiria disponibilizada pelos dados da WVS, e a partir de um olhar teórico associado à Ciência Política e à Sociologia Contemporânea, podemos demonstrar nossa hipótese de que o declínio da felicidade e da satisfação com a vida de uma forma geral, guarda relação de associação com a satisfação na democracia e suas instituições.

² Suprimimos as tabelas e mantivemos somente os cálculos devido ao espaço exíguo deste artigo.

Verificamos a associação entre felicidade, satisfação com a vida e a importância da democracia de uma forma geral. Identificamos uma correlação significativa entre estas duas variáveis (satisfação com a vida e importância da democracia). Desta forma, quando aprofundamos nosso entendimento com perguntas mais específicas, nas quais cruzamos satisfação com a vida e confiança no parlamento, no governo ou mesmo no judiciário, por exemplo, verificamos que estas variáveis também estão associadas. De fato, estes dados são preliminares, mas apontam em direção a nossa hipótese de trabalho. Na medida em que incluirmos outras instituições, bem como demais questões sobre valores democráticos, poderemos encontrar maiores associações entre a satisfação com a vida e a satisfação com as instituições democráticas, sendo o que nossa epistemologia aponta. A pesquisa indica que os brasileiros estão cada vez menos felizes com a democracia e, por consequência, com as instituições democráticas. Nesta ordem das coisas, parece haver uma retroalimentação entre o sentimento de felicidade e o regime democrático. Ou seja, o mau funcionamento da democracia pode estar afetando o sentimento de felicidade do brasileiro e vice-versa, o sentimento de (in)felicidade afeta a satisfação dos brasileiros no regime democrático, num círculo vicioso e não virtuoso de realimentação constante, minando a confiança na democracia. Estas duas variáveis associadas (felicidade e democracia) ajudam a explicar em parte as fragilidades de nosso regime democrático e devem ser foco de atenção de nossas políticas públicas.

Referências

- Almeida Neto, H. de.; Santos, E. R. dos; Castro, H. C. de O.; Moura, J. A. R. de. As perspectivas de felicidade na era digital: o caso brasileiro. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, v. 10, n. 16, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/23518>. Acesso em: 25 mar. 2022.
- Baquero, M. *Democracia Inercial: Assimetrias entre Economia e Cultura Política na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2018.
- Bauman, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- Bentham, J. *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*. London: Methuen Univerity Paperback. 1982.
- Brasil. Constituição Federal de 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil*:

- Brasília. *Presidência da República*. Constituição Federal (Texto compilado até a Emenda Constitucional nº 99 de 14/12/2017). Art. 6º Casa Civil, 2010.
- Britto, C. A. *O humanismo como categoria constitucional*. Belo Horizonte: Fórum, 2010.
- Carballo, M. *La Felicidad de las Naciones: Claves para un mundo mejor*. Buenos Aires: Sudamericana, 2015.
- Castro, H. C. de O. *Cultura política comparada: democracia e mudanças econômicas: Brasil, Argentina e Chile*. Brasília, DF: Verbena, 2014.
- Castro, H. C. de O.; Capristano, D.; Castillo, S. I.V. Valores morais e de autoexpressão: pós-materialismo em/na crise?. *Revista USP*, v. 1, n. 131, p. 33-46, 2021.
- Cooper, B.; Garcia-Penalosa, C.; Funk, P. Status effects and negative utility growth. *The Economic Journal*, v. 111, n. 473, p. 642-665, 2001.
- Cremonese, D. *Ética e Felicidade: Lições da Filosofia Antiga para uma Vida Boa*. Curitiba: Appris, 2017.
- Dahl, R. *Sobre Democracia*. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.
- Dahl, R. *Um prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- Dalton, R. *Democratic Challenges, Democratic Choices*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- Deci, E.; Ryan, R. The 'what' and 'why' of goal pursuits: Human needs and the self-determination of behaviour. *Psychological Inquiry*, v. 11, p. 227-268, 2008.
- Delle Fave, A. et al. The eudaimonic and hedonic components of happiness: Qualitative and quantitative findings. *Social indicators research*, v. 100, n. 2, p. 185-207, 2011.
- Diener, Ed. et al. Subjective well-being: Three decades of progress. *Psychological Bulletin*, v. 125, 1999.
- Diener, Ed.; Ryan, K. Subjective well-being: a general overview. *South African Journal of Psychology*, v. 39, n. 4, p. 391-406, 2008.
- Diener, Ed.; Seligman, M.E.P. Beyond the money: toward an economy of well-being. *Psychological Science in The Public Interest*, v. 5, p.1-131, 2004.
- Foa, R. S.; Mounk, Y. The signs of deconsolidation. *Journal of democracy*, v. 28, n. 1, p. 5-15, 2017.
- Fukuyama, F. *Confiança: valores sociais e criação de prosperidade*. Lisboa: Gradiva, 1996. 412 p.
- Graham, C. *O Que Nos Faz Felizes por Esse Mundo Fora. O paradoxo dos camponeses*

- felizes e dos milionários miseravelmente infelizes*. Alfragide: Texto Editores, 2011.
- Greve, B. *Felicidade*. 1ª Ed. Tradução de Pedro Barros. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- Huppert, F. A. et al. Measuring well-being across Europe: Description of the ESS well-being module and preliminary findings. *Social Indicators Research*, v. 91, n. 3, p. 301-315, 2009.
- Inglehart, R. The renaissance of political culture. *American Political Science Review*, v. 82, n. 4, p. 1203-1230. 1988.
- Inglehart, R.; Norris, P. *Trump, Brexit, and the rise of Populism: Trump, Brexit e and the rise of authoritarianism populism*. New York: Cambridge University Press, 2018.
- Kramer, A. D.; Guillory, J. E.; Hancock, J. T. Experimental evidence of massive-scale emotional contagion through social networks. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 111, n. 24, p. 8788-8790, 2014.
- Layard, R. *Happiness: Lessons from a New Science*. New York: Penguin. 2005.
- Lopes, B. *A busca da felicidade e o bem-estar no Mundo pós-moderno*. Teófilo Otoni: Faculdades Integradas, 2012.
- Lunt, A. The implications for the clinician of adopting a recovery model: the role of choice in assertive treatment. *Psychiatry Rehabilitation Journal*, v. 28, n.1, p. 93-97, 2004.
- Mcmahon, D. *Uma história da felicidade*. Lisboa: Edições 70, 2009.
- Mishler, W; Rose, R. *Five Years After the Fall: Trajectories of Support for Democracy in Post-Communist Europe*. Critical citizens: Global support for democratic government, p. 78-103, 1999.
- Moisés, J. A. *Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime: o caso do Brasil*. Opinião Pública, v. 14, n. 1, p. 1-42, 2008.
- Moura, J. A. R. de. *Felicidade e Democracia no Brasil: Um Diagnóstico de Uma Década (2010/2020)*. 2021. Dissertação (Doutorado em Diversidade Cultural e Inclusão Social) - Universidade Feevale, Novo Hamburgo, 2021.
- Norris, P. *Democratic Deficit*. New York, Cambridge University Press, 2011.
- Norrish, J. & Vella-Brodrick, D. Is the study of happiness a worthy scientific pursuit? *Social Indicators Research*, 87, 393–407. 2008.
- Przeworski, ad. et al. O que mantém as democracias? *Lua Nova: Revista de Cultura e*

- Política, p. 113-135, 1997.
- Putnam, R. *Bowling alone. The collapse and revival of American community*. New York: Simon & Schuster, 2000.
- Putnam, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- Putnam, R. *The prosperous community: social capital and public life*. The American Prospect, v. 13, 1993.
- Robertson, I; Cooper, C. *Well-being: Productivity and happiness at work*. London: Palgrave Macmillan, 2010.
- Rosanvallon, P. *La légitimité démocratique: impartialité, réflexivité, proximité*. Paris: Éditions du Seuil, 2008.
- Santos, E. R. *Ciência Política. Lições sobre o Jogo de Poder*. Ijuí. Editora Unijui, 2021.
- Souza, C. *Políticas Públicas: uma revisão de literatura*. Sociologia, Porto Alegre, ano 8, p. 20-45, jul/dez.2006.
- Stiglitz, J. *Globalization and its Discontents*. New York: W.W. Norton. 2008.
- Sumner, W. *Welfare, happiness and ethics*. Oxford: Clarendon Press. 1999.
- Wilson, T. D.; Gilbert, D. T. *Explaining away: A model of affective adaptation*. *Perspectives on Psychological Science*, v. 3, n. 5, p. 370-386, 2008.
- World Happiness Report: *Online data analysis*. Disponível em: <<https://worldhappiness.report/>> Acesso em: 13 nov. 2021.
- World Values Survey. *Online data analysis*. 2018. Disponível em: <<http://www.worldvaluessurvey.org/WVSONline.jsp>>. Acesso em: 06 out. 2021.

Recebido março de 2022

Aprovado julho de 2022

José Antonio Ribeiro de Moura: Professor e pesquisador da Universidade Feevale, Rio Grande do Sul. Graduado em Ciências Econômicas pela Faculdade de Economia, Finanças e Administração de São Paulo (1990), Especialização em Economia de Empresas FAAP (1991), Especialização na Implementação e Gestão de EAD, pela UFF (2013), Especialização em Gestão Pública pela Universidade Católica Dom Bosco

(2017) e Mestrado em Administração pela Universidade Metodista de São Paulo (2001).
Doutorado em Diversidade e Inclusão. Universidade Feevale/RS (2021).

E-mail: mourareis@uol.com.br

Everton Rodrigo Santos: Professor e pesquisador da Universidade Feevale (RS). Atua no PPG em Diversidade Cultural e Inclusão Social. Graduado em Ciências Sociais pela Unisinos (1992) e mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1996). Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005).

Sueli Maria Cabral: Professora e pesquisadora da Universidade Feevale (RS). Atua no Mestrado Acadêmico em Psicologia. Graduada em Ciências Sociais pela PUC SP (1989) e mestrado em Educação pela UFRGS (2001). Doutora pelo PPG em Ciências Sociais da UNISINOS (RS).

Honor de Almeida Neto: Professor e pesquisador da ULBRA (RS). Atua no PPG em Promoção da Saúde, Desenvolvimento Humano e Sociedade e no PPG Odonto. Graduado em Licenciatura e Bacharelado em Ciências Sociais pela PUCRS (1994). Doutor e mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS. Pós-doutor em Ciências Humanas/Ciência Política pela Universidade Feevale.